

Telejornalismo e produção de sentidos sobre regulação de pacientes no SUS¹

Jean Claudio Santana da Silva²

Izamara Bastos Machado³

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação
Oswaldo Cruz - IciCT Fiocruz

Resumo

A regulação de usuários do Sistema Único de Saúde para acesso à rede de atenção em saúde apresenta gargalos, que são explorados em narrativas midiáticas para questionar a eficiência do SUS. Pesquisa de mestrado em andamento no IciCT-Fiocruz investiga como o telejornalismo produz sentidos sobre Saúde Pública por meio de matérias sobre regulação. Toma-se como base as concepções teóricas de Bakhtin (2016), Foucault (2014), Martín-Barbero (2009), além de reflexões desenvolvidas no campo da Comunicação e Saúde (Araújo; Cardoso, 2007; Machado, 2020; Stevanim; Murtinho, 2021). Revisão bibliográfica preliminar apontou para lacuna na produção científica no campo da Comunicação e Saúde e a fase atual da pesquisa aponta para hipóteses como a atuação da mídia como sistema paralelo de regulação.

Palavra-chave: comunicação e saúde; telejornalismo; regulação de pacientes; SUS midiático.

Telejornalismo e regulação de pacientes no SUS

A Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS (PNR), instituída em 2008 pela Portaria nº 1.559, estabelece fluxos e normas para transferências de pacientes e agendamentos de consultas no SUS, visando à promoção do acesso equânime, integral e qualificado da população aos serviços de saúde (Ministério da Saúde, 2008). Reportagens produzidas por empresas jornalísticas, que operam ancoradas em um modelo liberal de imprensa e se posicionam como detentoras da verdade e fiscalizadoras de governos (Stevanim; Murtinho, 2021), encontram nas práticas de regulação de pacientes solo fértil para ataques ao SUS. A mídia produz sentidos que interferem diretamente na construção de uma imagem do SUS e dos discursos que o avaliam. É o

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (IciCT- Fiocruz). E-mail: jeanclaudio.santana@gmail.com.

³ Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (IciCT- Fiocruz). E-mail: izamara.bastos@fiocruz.br.

“SUS midiático” que produzirá parcela significativa de sentidos e memórias sobre a saúde pública brasileira (Machado, 2020).

Este estudo perscrutará a estrutura das narrativas telejornalísticas sobre regulação de usuários do SUS na cidade do Rio de Janeiro, onde coexistem sistemas e complexos de regulação do estado e do município. Utiliza-se o conceito de regulação como o conjunto de determinações da PNR para acesso da população aos serviços de saúde pública. A pesquisa situa-se no campo da Comunicação e Saúde, alinhada à premissa de que o direito à informação, educação e comunicação é inerente ao direito à saúde, e enxerga a mídia como um espaço de visibilidade, concorrência e de lutas (Araújo; Cardoso, 2007). Os conceitos de polifonia e dialogismo (Bakhtin, 2016) são fundamentais neste trabalho. Propõe-se ainda investigar os procedimentos de controle dos discursos (Foucault, 2014).

A etapa preliminar consistiu em um estudo de revisão bibliográfica, com consulta à BVS – Biblioteca Virtual em Saúde. Foram pesquisados os assuntos “regulação em saúde”, “regulação de pacientes” e “fila do SUS”, associados aos termos “mídia” e “telejornalismo”. Não foi encontrado nenhum estudo sobre regulação de pacientes no SUS e mídia/telejornalismo.

A etapa atual da pesquisa é uma observação mais generalizada do telejornal local líder de audiência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, RJ1, da TV Globo. Nota-se o uso constante da figura do comentarista para, com sua fala ao vivo, construir um novo discurso sobre o discurso já registrado (Foucault, 2014) nas reportagens exibidas, trazendo à cena sentidos novos ou ocultos que a suposta imparcialidade jornalística das matérias pré-gravadas não permite. O comentarista parece encarnar o papel do que Martín-Barbero (2009) chama de “apresentador-animador”, além de valer-se de diferentes tonalidades dialógicas (Bakhtin, 2016) a fim de reiterar críticas à Saúde Pública, atuar como defensor da equidade de acesso ao SUS e tensionar a cena discursiva a partir das respostas enviadas pelas secretarias de Saúde. Aponta-se as primeiras hipóteses: a) estaria o RJ1 atuando como um sistema paralelo de regulação?; b) as matérias invisibilizam o SUS e fomentam a ideia de que a resolução dos gargalos de regulação seriam benesses dos governos municipal ou estadual?

Referências

ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J. M. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BRASIL, Portal GovBR, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde - SUS**. Brasília, DF, 2008.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France** (Tradução: Sampaio, Laura Fraga de Almeida). 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MACHADO, Izamara Bastos. **O SUS midiático: historicidades e sentidos sobre saúde pública no jornal O Globo (1988-2018)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2020.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

STEVANIM, L. F.; MURTINHO, R. **Direito à comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.